

A MODERNIDADE: O HIGIENISMO E GINÁSTICA EM MATO GROSSO.

Ana Paula Ennes de Miranda Eto¹
Nicanor Palhares Sá²

Resumo

O estudo objetivou compreender o cenário educacional mato-grossense do início do séc. XX, em como esta nova educação se efetivou; suas problemáticas e realidades. Para tanto se buscou conceitos, preceitos do escolanovismo para identificá-los e localizá-los dentro do cenário educacional mato-grossense. O fenômeno da Escola Nova se fez efervescer em suas representações nas Reformas educacionais brasileiras o qual se apresentou de diferentes formas. Inserido neste processo escolanovista o higienismo e a ginástica se apresentam como preceitos que historicamente se desenvolvem em diferentes estágios. O estudo contribui para o entendimento de como estes preceitos se configuraram nos Regulamento de 1910 e 1927, período do avanço educacional de Mato Grosso com a criação dos Grupos Escolares, em Mato Grosso. Para a elaboração da pesquisa foi-se utilizado a investigação em fontes documentais, disponíveis no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), como o Regulamento da Instrução Primária Pública de Mato Grosso de 1927, mensagens governamentais e outros regulamentos da Instrução Pública sendo utilizadas, também, obras que contribuíram no entendimento de conceitos, acontecimentos políticos e sociais que marcaram a época.

Palavras-chave: Modernidade. Escolanovismo. Higienismo

Abstract

The study weeds-grossense of the beginning of séc objectified to understand the educational scene. XX, in as this new education if it accomplished; its problematic and realities. For in such a way one searched concepts, rules of the escolanovismo to identify them and to inside locate them of the educational scene weeds-grossense. The phenomenon of the New School if made to efervescer in its representations in the Brazilian educational Reforms which if presented of different forms. The study contributes to the understanding of how these principles were shapered in the Regulation of 1910 and 1927, during the educational advancement of Mato Grosso with the creation of School goups in Mato Grosso. For the elaboration of the research the inquiry in documentary sources was used, available in the Public Archive of Mato Grosso (APMT), as the Regulation of the Public Primary Instruction of Mato Grosso of 1927, governmental messages and other regulations of the Public

¹ Mestranda em Educação pela UFMT/MT pertencente ao Grupo GEM (Grupo de Pesquisa em História da Educação e Memória) vinculado a linha de pesquisa “Cultura, memória e teorias em educação”. Residente à Rua Neide Luiza Bastos Vieira nº10 Q09, Jd. Petrópolis/Cuiabá/MT. anamir2@yahoo.com.br

² Doutor, Professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. palhares@ufmt.br

Instruction being used, also, workmanships that had contributed in the agreement of concepts, events politicians and social that had marked the time.

Key Words: Modernity. Escolanovismo. Higienismo

DINÂMICA SOCIAL E EDUCACIONAL NA MODERNIDADE

Ao final do séc. XVIII e início do XIX a sociedade ingressou em um período de transformações e inovações: a modernidade³. A industrialização se tornou objeto de conquista e meio de alcance do progresso pelas nações que almejavam uma ascensão dentro do patamar de “grande nação”. Este novo tempo apresentou a Ciência como meio de avanço e de fator transformativo social, dentro deste instrumento a observação e o empirismo contribuíram para a construção da perspectiva da verdade comprovada, ou seja, solidificada na ação do fato medido e calculado. A racionalidade introduziu-se na produção científica influenciando as Ciências e o novo olhar sobre a dinâmica social. Novas Ciências foram criadas para o entendimento e estudo do fenômeno social como a Sociologia e História. A Biologia passa de uma Ciência caracterizada por um sistema fechado, determinista, pela qual as leis das conexões e relações podiam ser descobertas e utilizadas como instrumentos de controle, para um sistema aberto no qual as comprovações eram feitas a partir de instrumentos de observação, experimento, repetição e análise. Dentro da educação a Biologia se fez presente através das “aplicações técnicas”⁴ que veio como instrumento de controle e prevenção para a saúde na escola se constituindo como “higiene escolar”. Os métodos biológicos e aplicações técnicas se fizeram presentes no processo educativo por permitirem através do mesmo uma investigação mais apurada cientificamente com o crescimento e desenvolvimento da criança, pois com a chamada “antropometria pedagógica ou antropologia pedagógica”⁵ permitiu-se obter as bases objetivas através das medições de estruturas e partes do corpo (Lourenço Filho,

³ Considerada como a época do acesso do homem à maioria, ao livre uso da razão e à consequente autonomia [...]. Costumam ser definidos os seguintes fatores da modernidade: o desenvolvimento e intensificação das descobertas científicas assim como a autonomização e a fragmentação das ciências, a partir de métodos de observação e de experimentação sistematicamente conduzidos, o incremento e a aceleração dos processos de invenção técnica[...] (disponível em < <http://www.fcsh.unl.pt/invest/edtl/verbetes/M/modernidade.htm>>, acesso em: 16 de junho de 2011).

⁴ As “aplicações técnicas” introduziram no pensamento pedagógico noções do processo humano evolutivos do aluno sendo estes apreciados por “dados objetivos” obtidos por mensuração de acordo com a idade que, mediante tratamento estatístico formar-se-iam pontos de referência ou normas que identificariam o estágio de desenvolvimento em que o aluno se encontra (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 99).

⁵ Segundo Lourenço Filho (2002, p. 100) A “antropometria ou antropologia pedagógica” constituía no processo de mensuração de partes do corpo para identificação do estágio de desenvolvimento do aluno.

2002, p.99-100). Os direitos e os deveres dos indivíduos em relação à sua saúde e à dos outros, as ofertas de cuidados médicos por intervenção das instituições e da relação privada com o médico marcou o funcionamento da política de saúde do século XIX, a medicina como técnica geral da saúde assumiu inferências nas diversas instâncias do poder (Focault, 1979, p.201-202). Outro fator presente à modernidade foi a manifestação da Psicologia na educação, pois no decorrer do percurso histórico educativo o comportamento do educando fora considerado como processo global, ou seja, de formação integral, que foram somados aos termos usuais da psicologia como “personalidade, alma, espírito, aptidões, ajustamento” entre outros (Lourenço Filho, 2002, p. 112). Dentro deste novo contexto moderno, com a intencionalidade de disciplinar o aluno aos novos moldes sociais, os procedimentos didáticos encontraram-se embasados na Psicologia, aspectos como “interação, maturação, crescimento e adaptação”⁶ são destacados como determinantes de investigação e estudo. Nova representação foi dada à criança sendo consideradas como pessoa ou indivíduo que possui desejos, intenções, atitudes singulares contribuindo assim, a Psicologia, como Ciência, com a capacidade de previsão e controle do comportamento humano a partir dos limites e circunstâncias a qual o homem está se inserido William (apud Lourenço Filho, 2002, p.114).

Intelectuais voltados à educação e preocupados com a nova dinâmica social efetivaram, por meio de escolas experimentais, novos métodos educacionais com expectativa de preparar a criança para essa nova realidade social. Iniciou-se a formação para a “vida” nos quais vários pedagogos se destacaram na efetividade de métodos educativos com a proposta de preparo do aluno para sua futura inserção social. Dewey se destacou em seu ideário obtendo vários seguidores, dentre eles se destacara no Brasil Anísio Teixeira. Dewey denominou de Educação “Nova” ou “Progressiva” na qual preconizava a formação integral da criança tendo como fator inovador a experiência pessoal ou vivenciada do aluno, passando do que era antes, dado como “treino” (repetição, memorização) na educação tradicional, para esta nova perspectiva que aparece como “ampliação” (associação do novo ao que já lhe é conhecido) da experiência, no qual o aluno se integra dentro de um processo de reconstrução imaginativa que o leva a uma compreensão maior e de significância a partir do que já tem de conhecimento adquirido pela sua vivência por um processo de associação intermediada pela experimentação (DEWEY, 1978).

⁶ A “interação” é o processo realizado entre o organismo e o meio; a “maturação” revela-se por aumento da capacidade funcional e inter-relação de funções; o “crescimento” são os fatos que podem ser verificados e medidos sem dificuldades e a “adaptação” são os processos a qual o organismo se acomoda e reage (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 87-90).

Segundo Anísio Teixeira (1969, p.19) “A experiência, como a concebeu Bacon, seria a *Experimentação*, o produzir-se voluntariamente a experiência para se conseguir o resultado novo e o novo conhecimento”. Em relação à instrução:

O principal propósito ou objetivo é preparar o jovem para as suas futuras responsabilidades e para o sucesso na vida, por meio da aquisição de corpos organizados de informação e de formas existentes de habilitação, que constituem o material de instrução (DEWEY, 1979, p. 4-5).

Esse novo modelo da mudança orgânica traz a certeza de que não há mais relações uniformes e sim, novas e variáveis interpretações e análises a partir de um fato, análises que podem futuramente virem a ser contestadas e substituídas por outras que, por instrumentos científicos, as tornem obsoletas. Conhecer o homem, seu corpo; seu contexto social; o uso da natureza em seu benefício e bem estar, se tornam premissas neste novo período da modernidade.

HOMEM MODERNO: PERFIL, HIGIENISMO E GINÁSTICA

Com a meta das nações em se sobrepujarem dentro do patamar classificatório em desenvolvimento, o aspecto físico salutar e vigoroso do homem se fazia primordial para o trabalho.

Como já foi visto, a Biologia e Psicologia contribuíram para a formação deste novo homem imerso neste cenário social moderno, para maior domínio, investigações e estudos referentes às atividades e exercícios motores se fizeram presentes no ocidente. Destacaram-se estudos denominados de sistemas ginásticos feitos na Alemanha, França e Suíça sendo que na Inglaterra o estudo fora voltado ao movimento esportivo (SANTOS, 1999).

A ginástica no séc. XVIII já era pensada por alguns intelectuais como Basedow e Salzman que em suas instituições escolares denominadas de “*Philantropinum*” introduziram a prática da Educação Física escolar⁷. O estabelecimento de ensino tinha como por objetivo a aplicação das ideias de Rosseau no qual formaria cidadãos do mundo tornando-os aptos a uma vida mais útil e feliz; a ginástica seria no período de recreação através da prática de esgrima, equitação, dança e da música (SOARES, 1994). Também com essa perspectiva o alemão Johann Christoph Friedrich Guts Muths escreveu a obra “Ginástica para a juventude” no qual

⁷Em Pereira (apud Goeller 1992, p.27) “Johan Bernard Basedow, pedagogo com seus ensinamentos embasados no enciclopedismo salienta em sua obra a importância da educação integral e para tanto o trabalho seria voltado ao aspecto intelectual, moral e artístico dos jovens sendo a atividade física adaptável ao psiquismo juvenil.

considera a ginástica como científica, construída a partir das bases da biologia, fisiologia e anatomia, para que, ministrada todos os dias, se criassem um forte espírito nacionalista com homens e mulheres e crianças, fortes, robustos e saudáveis, “disseminando cuidados higiênicos com o corpo e com o espaço onde se vive” (SOARES, 1994, p.67).

Segundo Goellner (1992) o Método Francês teve sua origem influenciada por dois movimentos que pelo contexto político e econômico europeu dos séculos XVIII e XIX desencadearam mudanças na humanidade: Revolução Francesa e Industrial.

Transformações ocorreram ao findar o séc. XVIII sendo as mais relevantes dentro das classes burguesas e operárias com a implantação da produção capitalista no qual o corpo obtém uma nova representação sendo instrumento de produção, portanto tendo que ser higienizado, vigoroso, moralizado e disciplinado. Amparado nas teorias científicas elaboradas por biólogos, fisiólogos da época o cuidado com o corpo através da ginástica se torna instrumento do Estado para esses novos hábitos.

Dentre estas sistematizações científicas, entra no Brasil, a partir da segunda metade do séc. XIX “o “Método Ginástico Alemão” introduzido no exército brasileiro por Dom Pedro II. Segundo Goeller (1992, p.114) “este método entra no país pelas mãos de soldados mercenários para elevar o contingente do Exército Brasileiro, ao que passou a ser incorporado em 1860”.

Na Alemanha, criado por Friedrich Ludwig Jahn, este método fora embasado em um forte sentimento nacionalista que simpatizava com o ideal liberal e segundo Soares (1990, p.67) “reforçava o caráter militar e patriótico de seu movimento de ginástica”.

Com o advento da República, o Brasil sofre transformações sociais e econômicas dentro as quais a nova organização do trabalho industrial acontece principalmente nas grandes capitais que aos poucos vão obtendo um cenário urbano industrial surgindo, com isso, a necessidade de se ter um homem habilitado a trabalhar nas fábricas. Para tal enfrentamento a idealização do Estado era de que se formasse um homem alfabetizado, forte, saudável e vigoroso.

O contexto social nacional, no início do séc. XX apresentava-se dividido em rural e urbano apresentando o meio rural em maior proporção que o urbano industrial, mas com essa nova ótica de uma realidade nova, moderna, próspera, de uma idealização ao progresso nacional trouxe projeções quanto à formação de um “novo” Brasil sendo o instrumento utilizado para o alcance deste objetivo, a instrução. Discussões proferidas nas primeiras décadas tinham presentes o “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”

destacando a importância da instrução. A partir dos anos 20, no âmbito da educação, as discussões giraram em torno de dois partidos: o primeiro que acreditava que a erradicação do analfabetismo se daria pela construção e multiplicação das instituições escolares urbanas e o segundo com a crença de uma reforma educativa através de uma intervenção pedagógica com mudança metodológica (escolanovismo) (NAGLE, 1974).

A democratização do ensino tinha como objetivo a de levar ao meio rural e a locais isolados o acesso dessa população à escolarização, mas havia também por parte de uma elite urbana o interesse de que essa população se mantivesse em sua moradia não necessitando migrar para os centros urbanos evitando assim o contágio de doenças e consequente epidemias e o desequilíbrio social que a constante migração havia causado nestes locais (CARVALHO, 2007).

Para a grandeza da nação se faziam necessários homens fortes, que gozassem de boa saúde e de um sentimento nacionalista arraigado pelo qual, se necessário fosse arriscariam suas vidas a favor da construção desta nova nação. A escola fora então eleita como instrumento de formação desta identidade nacional e de reforço dos valores nacionalistas a “instrução primária” apresentava-se em relevância dentro desta perspectiva social.

O trabalho com o corpo na escola concretizava-se a partir da “ginástica” que posteriormente denominou-se de Educação Física. Esta matéria criada dentro de um discurso de formação de um homem moderno, vigoroso e saudável em um contexto científico o qual se legitimava nas ciências biológicas (SOARES, 2001).

No ano de 1929, o Ministério da Guerra elaborou um anteprojeto de lei no qual determinava: a prática da Educação Física para todos os brasileiros definindo caráter obrigatório em estabelecimentos de ensino a partir de 6 anos de idade; criar-se um Conselho Superior de Educação Física com sede no “Ministério da Guerra”, o qual exerceria a função de:

“centralizar, coordenar e fiscalizar todas as atividades referentes aos desportos e a Educação Física no país _deliberava que “... enquanto não (fosse) criado o Método Nacional de Educação Física, (ficaria) adotado em todo o território brasileiro, o denominado Método Francês, sob o título de Regulamento Geral de Educação Física...” (CASTELLANI FILHO, 1988, p.75-76).

No ano de 1931 ocorreu a reforma a nível nacional denominada de Reforma Francisco Campos que instituiu a Educação Física Escolar como obrigatória nas instituições escolares (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 78).

MATO GROSSO NA MODERNIDADE: REFORMAS EDUCATIVAS.

Em contexto nacional, com o vislumbre em se efetivar reformas na educação brasileira, a partir dos anos 20 dos noventa o país vivenciou reformas educativas em seus estados nacionais enfatizando a escolarização como agente transformador e de reconstrução social:

A escola deve ser agente da contínua transformação e reconstrução social, colaboradora da constante reflexão e revisão social frente à dinâmica e mobilidade de uma sociedade democrática: “o conceito social de educação significa que, cuide a escola de interesses vocacionais ou interesses especiais de qualquer sorte, ela não será educativa se não utilizar esses interesses como meios para a participação em todos os interesses da sociedade... Cultura ou utilitarismo serão ideais educativos quando constituírem processo para uma plena e generosa participação na vida social”. (TEIXEIRA, 1930, p. 88-89).

Em Horta (1994), estando o Estado sob gerência de Vargas, este anunciou um “Programa de reconstrução nacional” que evidenciava a “educação” como meio de mudança e transformação social, pois seria o agente provedor de uma melhoria em sua qualidade de vida do brasileiro e com esta finalidade criou o Ministério da Instrução e Saúde Pública evidenciando o saneamento físico e moral que se efetivaria por meio de uma “campanha sistemática de defesa social e educação sanitária.

Uma nova proposta de ensino foi registrada como documento oficial “O Manifesto dos Pioneiros”. Neste documento constam indicadores para a nova educação também denominada de Escola Nova como: diretrizes; finalidade da educação pública; valores educacionais a serem instituídos; a questão da escola única; a laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e co-educação; a descentralização; o processo educativo_ o conceito e os fundamentos da educação nova e o Plano de reconstrução educacional. Essa proposta de ensino configurou-se como novo modelo educacional em relação ao ensino tradicional.

A Escola Nova, ao contrário da tradicional, apresenta um processo de remodelação educacional fundamentado em uma nova concepção de ensino e de infância. Em relação à nova educação:

(...) Marcada pela orientação de Dewey, punha toda ênfase no ato de aprender em detrimento da ação de ensinar; acreditava no aprender-fazendo, livremente (SCHWARTZMAN, 1984, p.56).

Do movimento escolanovista no Brasil iniciaram-se as reformas educacionais nacionais sendo: em 1920-1925 – Sampaio Dória (SP); 1922-1923 – Lourenço Filho (CE); 1922-1926 – Carneiro Leão (RJ); 1925-1927 – Anísio Teixeira (BA); 1927-1930 – Francisco

ISSN 1980-7341

Campos (MG)- Fernando de Azevedo (RJ); 1927- Mario Corrêa da Costa (MT); 1928-1930 – Carneiro Leão (PE); 1930-1931 – Lourenço Filho (SP); 1931-1935 – Anísio Teixeira (RJ); 1933 – Fernando de Azevedo (SP).

Dentro deste cenário social brasileiro, Mato Grosso se apresentou como estado detentor de uma economia rural no qual sua maior atividade produtiva era representada pela agrária e pelo extrativismo. Dentro desta perspectiva de modernidade nacional de erradicação do analfabetismo promulgado nas primeiras décadas da República, Mato Grosso recebeu por iniciativa do então governador do estado Cel. Pedro Celestino a contratação de paulistas Leowigildo Martins de Mello, Gustavo Kuhlmann e Waldomiro de Oliveira Campos para assumir em 1910 a Reforma Educacional do Ensino Primário (REIS, 2006). Segundo Amâncio (2000, p. 83) “A reforma da Instrução Pública foi consubstanciada por um Regulamento no ano de 1910 que se constituiu num instrumento chave, pois ele vai desencadear uma série de ações e decisões muito importantes para o ensino em Mato Grosso”. Em Mato Grosso, a Reforma de 1910 propiciou a criação dos Grupos Escolares aos moldes da reforma de São Paulo como já estudado em pesquisas como as de Jacomeli (1998), Alves (1994), Reis (2006). De acordo com Reis e Sá (2006) em 1908, pela Lei nº. 08, os Grupos Escolares foram oficializados e tomados como inovação da reforma da Instrução Pública Primária de 1910. Em Decreto nº 258 de 20 de agosto de 1910, art.3º; criaram-se os Grupos Escolares na capital sendo o primeiro inaugurado no dia 03 de setembro e o segundo no dia 10 de setembro. Esse novo modelo de ensino era de forma ordenada, de caráter estatal, com um programa enciclopédico. Era inovador no sentido de reunir em um mesmo prédio várias crianças e professores sob a orientação de um Diretor que assumia a função administrativa e orientadora. Apresentava a organização do ensino seriado no qual propiciava aos docentes facilidades em seu planejamento já que as crianças com o qual trabalharia detinham o mesmo nível de ensino. Esse intuito era o de que a população obtivesse uma homogeneização em seu conhecimento. O Regulamento de 1910 estruturava o ensino primário em quatro modalidades: grupos escolares e escolas isoladas (urbanas e rurais). Os Grupos Escolares seriam criados nos distritos em que houvesse maior índice de população a ser atendida, de no mínimo seis escolas, no qual as reuniria em um só prédio. Eram divididas em duas seções masculinas e femininas.

Em consonância com a reforma da Instrução Pública de 1910, com a intencionalidade de trazer o ensino público de Mato Grosso em concordância com o ideário apregoado pelas reformas educativas que já iniciaram nacionalmente nos outros estados, em mensagem

proferida pelo Presidente do Estado Mário Corrêa da Costa à Assembléia Legislativa em 13 de maio de 1927 na abertura da 1ª Sessão Ordinário da 14ª Legislatura:

Continua sob a direção do Dr. Cesário Alves Corrêa a Instrução Pública do Estado. Merecendo a minha especial atenção o ensino público, que vinha sendo executado sob uma regulamentação já deficiente, resolveu este governo nomear uma comissão de professores, compostas dos Srs. Dr. Cesário Alves Corrêa, bacharel Jayme Joaquim de Carvalho, professores Isac Póvoas, Júlio Strubing Muller, Franklin Cassiano da Silva, Rubens de Carvalho Philogônio Corrêa, Fernando Leite Campos, Nilo Póvoas e Alcindo de Camargo, para estudar e apresentar um projeto de reforma dos regulamentos da Escola Normal e Instrução Primária. Essa comissão, que deu cabal desempenho à sua missão, elaborou e ofereceu à sua missão, elaborou e ofereceu ao meu governo os respectivos projetos que foram convertidos, com algumas modificações por mim feitas, nos Decretos regulamentares nos 742, para a Escola Normal, e 759, para a Instrução Primária, ambos já em execução (MATO GROSSO, Mensagem..., 1927, n.p.).

Com a vinda destas personalidades houve a elaboração de um projeto de reforma tanto dos regulamentos da Escola Normal (que prepararia os futuros professores nesta perspectiva da educação nova) quanto na Instrução Primária.

A promulgação da Reforma da Instrução Pública de Mato Grosso datada de 1927 apresentou como meta modificações embasada nos preceitos escolanovista debatidos oficialmente em âmbito nacional desde a abertura no ano de 1924 da Associação Brasileira de Educação (ABE) por Heitor Lira através de conferências, publicações e cursos diversos.

Participavam destes debates intelectuais brasileiros de várias áreas de atuação com ideais reformistas ou conservadores. Outro fator observado nacionalmente e também instituído no Regulamento da Instrução Pública Primária de 1927 fora a “higiene”. De acordo com Horta (1994 p.34):

No Brasil a higienização na educação propunha a escola como local de preparação de cidadão aptos para vida e para o exercício da democracia. É aqui que se quer educar para a vida e para a saúde. “Vida é Saúde, Educação é vida”. Dewey com sua proposta de uma educação para a vida vai influenciar as propostas de “educação para a saúde”. Levanta-se a bandeira de uma educação para a vida (preparação técnico-científica para qualificar mão-de-obra para o trabalho); em contrapartida deverá haver uma “educação para a saúde” (manutenção do corpo do trabalhador sadio na produção).

Em Mato Grosso o Regulamento de 1927 no já citado Art. nº 22; nº 161-i trata da higiene quanto às salas de aula e suas condições físicas salutar e dedica a assistência médica no Capítulo VIII – Da Assistência Médico-Escolar em seus artigos gerais (nº181 a 186) no qual trabalha as questões de medidas administrativas, preventivas e efetivas em relação à saúde tendo por destaque o art. nº 183-c que trata da fiscalização dos prédios escolares

satisfazendo às condições higiênicas necessárias e a criação das “escolas reunidas”⁸ com prédios escolares próprios para o ensino em atendimento à população rural das escolas isoladas com a intenção do atendimento dentro das condições salubres necessárias como iluminação e ventilação adequadas.

Reis Filho (1995, p.64) ressalta que a Educação Física no Brasil se configurava através de exercícios calistênicos, militares e de ginástica metódica. Em Mato Grosso, em conformidade com o nacional, o cuidado e trabalho com o corpo na escola também fazia através de exercícios calistênicos (SANTOS, 1999) sendo já ressaltada sua importância em 1911 por Leowigildo Martins de Mello:

[...] Estudando a educação, na sua mais ampla acepção, podemos afirmar que ela é um todo indivisível que, na frase de Montaigne, não tende desenvolver uma inteligência ou um corpo, mas sim um todo, como parrelha de cavalos, atrelados ao mesmo carro. Não seria, portanto natural que a escola cuidasse dos educando moral e intelectualmente, desprezando a educação física. (MATO GROSSO, Relatório..., 1911, s.n.)

Segundo Santos (1999, p.94) a prática da Educação Física em Mato Grosso era dada pelo professor pedagogo no que havia diferencial dos exercícios dados aos homens e mulheres sendo dos homens os que lhes desenvolvessem vigor físico e nas mulheres os que lhe proporcionassem saúde. Quanto à prática da ginástica Maria Müller, em depoimento ressalta que “(...) os professores de ginástica exigiam uma roupa de ginástica, calção para ginástica, roupa apropriada para ginástica”.

A ginástica nas escolas era feito separadamente entre meninos e meninas sendo quem ministrava as aulas o próprio professor regente de sala.

No Estado em questão o aspecto da higienização mostrou-se de forma efetiva apenas nas escolas urbanas onde era fácil a comunicação entre os inspetores de ensino que eram o próprio diretor do Grupo Escolar ou da Escola Reunida e o Inspetor Geral, representado por Cesário Corrêa em 1927 que foi substituído provisoriamente por Isác Póvoas em 1928 (MATO GROSSO, Mensagem..., 1928, p.132). Nestas escolas a estrutura física se configurava dentro das normativas previstas no Regulamento de 1927 quanto à iluminação e ventilação, pois as edificações foram planejadas para o ensino. Mobiliários próprios para a atividade do ensino juntamente com o material necessário para atividade escolar e prática

⁸ De acordo com o Art. 19 do Regulamento de 1927 as Escolas reunidas são aquelas reunidas em uma só, formada pela junção de três ou mais escolas isoladas, distanciadas de um raio de 2 quilômetros; tendo frequência mínima de 80 alunos, máximo de sete classes e mínimos de três. Caso necessitar do aumento para oito ou mais classes e este perdurar por mais de um ano, esta escola se transformará em Grupo Escolar.

educativa como os laboratórios foram fornecidos equipando estas escolas (MATO GROSSO, Mensagem..., 1930, p.39-41).

Outro fator também inerente ao Regulamento de 1927 foi a vacinação nas escolas e o acompanhamento de exame médico nos alunos. Em atendimento ao Regulamento de 1927 com a criação do cargo de médico escolar nomeou-se para o mesmo o Dr. Joaquim Amarante que atendendo as condições de higiene e saúde iniciou a vacinação anti-varíola nas escolas em 1929 (MATO GROSSO, Mensagem...,1929, p.91). No ano seguinte o Dr. Joaquim Amarante, único médico, denunciou que em exame de 1.376 alunos entre as Escolas Modelo, Curso complementar e do Grupo Senador de Azeredo encontrou 46% dos alunos sem ter sido vacinado contra varíola e 64% com sintomas de anemia (MATO GROSSO, Mensagem...,1930, p.47).

As escolas isoladas urbanas, por sua localização que permitia a assistência e controle do Estado, como os Grupos Escolares, também receberam os benefícios promulgados no Regulamento de 1927, mas as escolas isoladas rurais pelo seu distanciamento ficaram ainda desprovidas das atribuições designadas pelo Regulamento de 1927 como um local específico para o ensino, pois na maioria as escolas funcionavam em sítio ou na própria residência do professor não havendo assim controle do Estado em relação ao ensino nestas escolas (MATO GROSSO, Mensagem...,1929, p.94).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com (Jacomeli (1998), Sousa (1999), Reis (2006)), Mato Grosso seguiu o movimento social nacional tomando como meta a modernidade. Estiveram presentes, em suas reformas educacionais, aspectos contribuintes a uma melhoria na educação como a criação de escolas apropriadas como os Grupos Escolares atendendo as crianças das cidades e as escolas reunidas atendendo as situadas nas zonas rurais. A formação de um homem moderno salutar com vigor físico se apresentou no cuidado com o corpo através da ginástica ou Educação Física como preceito no Regulamento de 1927, nos cuidados com a higiene e com a estrutura adequada para o ensino como prédios escolares e mobiliários.

Em Mato Grosso a questão da higienização mostrou-se de forma efetiva apenas nas escolas localizadas em ambiente urbano onde era fácil a comunicação entre os inspetores de ensino com o Inspetor Geral de Instrução: Grupo Escolar e escola isolada urbana. As escolas isoladas rurais se apresentavam desprovidas de assistência do Estado por falta de

comunicação, pois não havia inspetores suficientes para relatar a situação e a necessidade das escolas isoladas rurais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, F. et al. **Manifesto dos Pioneiros**. Revista HISTEDBR on-line, Campinas, nº especial, p. 188-204, agosto de 2006. ISSN: 1676-2584. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/doc1_22e.pdf>. Acesso em 02/07/2011.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Reformas da Instrução Pública*. In: LOPES, Luciano M. F.e C.G.V. (org.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Ed. Papyrus, 1988. (Coleção corpo & motricidade).

DEWEY, John. **Vida e educação**. Tradução por Anísio Teixeira. 10ª Ed. São Paulo: Melhoramentos; [Rio de Janeiro]: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

DEWEY, John. **Experiência e Educação**. Tradução por Anísio Teixeira. 3ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

FOCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HORA, Dayse Martins. **Medicalização, Escola Nova e modernização da nação: 1930-1945**. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_034.html>. Acesso em 19/11/2011 às 15h22min.

HORTA, Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao estudo da Escola Nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea**. 14ª Ed. Rio de Janeiro: EdUERJ: Conselho Federal de Psicologia, 2002.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo, EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

MARINHO, Inezil Penna. **Sistemas e Métodos de Educação Física**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: DEF-MES, 1953.

REIS, Rosinete Maria dos; SÁ, Nicanor Palhares. **Palácios da Instrução: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927)**. Cuiabá, MT: EdufMT, 2006. (Coleção coletânea educação e memória; v.3/Nicanor Palhares Sá, Elizabeth Madureira Siqueira (orgs.)).

SCHWARTZMAN, Simon; Helena Maria Bousquet Bomeny e Vanda Maria Ribeiro Costa. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra História; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SOARES, Carmen Lúcia. **Fundamentos da educação física escolar**. In: Rev. Brasil. Est. Pedag. Brasília, 71 (167): 51-68, jan. /abr. 1990.

_____. **Corpo e história**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2001.

_____, Carmen Lúcia. **Educação Física: Raízes Europeias e Brasil**. 4ª Ed. Campinas: Autores Associados, 1994.

TEIXEIRA, Anísio. **A reconstrução do programa escolar**. Escola Nova, São Paulo, v.1, n.2, p. 86, 1930.

_____. Educação e o mundo moderno. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

Teses e Dissertações

ALVES, Laci Maria Araújo. **O processo de Expansão Escolar em Mato Grosso (1910-1946): uma abordagem histórica**. Cuiabá: UFMT, Dissertação (Mestrado em Educação), 1994.

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. **Ensino de leitura na escola primária no Mato Grosso: contribuição para o estudo de aspectos de um discurso institucional no início do século XX**. 2000. 2v. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000. (v.1. 155f.; v.2 Apenso).

GOELLNER, Silvana Vilodre. **O método francês e a Educação Física no Brasil: da caserna a escola**. Dissertação de mestrado. UFRGS. Porto Alegre, 1992.

JACOMELI, Mara Regina Martins. **A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República**. Dissertação de Mestrado (História da Educação). UNICAMP. Campinas: Faculdade de Educação da UNICAMP, 1998.

SANTOS. **A Educação Física Higienista em Mato Grosso-fase de implantação: 1910 a 1920**. Dissertação de mestrado. UFMT. Cuiabá: Instituto de Educação, 1999.

Fontes documentais citadas

1. Mensagens presidenciais

MATO GROSSO. Presidente da Província. **Mensagem**: 1927. O Presidente do Estado Mário Corrêa da Costa Joaquim Augusto da Costa dirige mensagem à Assembléia Legislativa. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Mato Grosso: Cuiabá: [s.n.], 1927 – APMT.

MATO GROSSO. Presidente da Província. **Mensagem**: 1912. O Presidente do Estado Joaquim Augusto da Costa dirige mensagem à Assembléia Legislativa. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Mato Grosso: Cuiabá: [s.n.], 1912 – APMT.

ISSN 1980-7341

MATO GROSSO. Presidente da Província. **Mensagem:** 1916. O Presidente do Estado Joaquim Augusto da Costa dirige mensagem à Assembléia Legislativa. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Mato Grosso: Cuiabá: [54.], 1916 – APMT.

MATO GROSSO. Mensagem, 1928, p. 132. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u481/000132.html>>. Acesso em: 18 de março de 2011.

MATO GROSSO. Mensagem, 1929, p. 91. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u482/000091.html>>. Acesso em: 22 de abril de 2011.

MATO GROSSO. Mensagem, 1929, p. 94. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u482/000094.html>>. Acesso em: 22 de abril de 2011.

MATO GROSSO. Mensagem, 1930, p. 39. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u483/000039.html>>. Acesso em: 16 de março de 2011.

MATO GROSSO. Mensagem, 1930, p. 40. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u483/000040.html>>. Acesso em: 16 de março de 2011.

MATO GROSSO. Mensagem, 1930, p. 41. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u483/000041.htm>>. Acesso em: 16 de março de 2011.

MATO GROSSO. Mensagem, 1930, p. 47. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u483/000047.html>>. Acesso em: 16 de março de 2011.

2. Decreto e documento da Instrução Pública

MATO GROSSO. (Estado). **Governo. Diretoria Geral da Instrução Pública.** Regulamento da Instrução Pública Primária de 1927. Decreto N°. 759, de 22 de abril de 1927. APMT – art. n° 22, p. 4.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. **Governo. Diretoria do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.** Organização do Ensino Primário e normal do Estado de Mato Grosso. Boletim n°22, outubro de 1942. APMT

3. Relatórios

MATO GROSSO. Relatório apresentado ao Diretor Geral da Instrução Pública, pelo professor Franklin Cassiano Silva. 1931. APMT.

MATO GROSSO. Relatório apresentado ao Diretor Geral da Instrução Pública, pelo professor Julio Viégas. 1931. APMT.

4. Depoimento

Maria de Arruda Muller. Depoimento/Entrevista Oral (entrevistada pela Jornalista Martha Arruda em 1983 – NDIHR-UFMT, Fita n° 86.